



REQUERIMENTO DE JUSTIFICATIVA ELEITORAL/ISENÇÃO DE VOTO
EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DA _____ ZONA ELEITORAL MUNICÍPIO/UF:

_____ / _____

Eu (nome completo em letra de forma), _____
_____, portador(a) do Título Eleitoral nº _____,
da Zona nº _____, Seção nº _____, residente e domiciliado(a) na(o) _____
_____, CEP/ZIPCODE _____, Cidade
_____, Estado _____, País _____,
telefone (DDD ou DDI/nº) _____, filho(a) de _____
_____, e de _____,
nascido(a) em _____/_____/_____, (DD/MM/AAAA), venho apresentar a Vossa Excelência, nos
termos do Art. 5º, incisos VI e VIII da Constituição Federal, do Art. 2º da Lei nº 9.784/1999, do Art. 7º da Lei n.º 4.737,
de 1965, c.c. art. 80, caput e § 1º, da Res.-TSE nº 21.538, de 2003, **JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA DE**
VOTO/REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE VOTO no(s) turno(s) de votação realizado(s) no(s) ano(s) abaixo
especificado(s), pelo(s) motivo(s) que passo a relatar:

TURNO	VOTAÇÃO	ANO: _____
<input type="checkbox"/> 1º	<input type="checkbox"/> Eleição	
<input type="checkbox"/> 2º	<input type="checkbox"/> Plebiscito	
	<input type="checkbox"/> Referendo	

Conforme Art. 5º, incisos VI e VIII, da Constituição Federal, declaro contrários à minha consciência política/filosófica/religiosa tanto os partidos políticos, sem exceção, quanto o sistema político partidário (o qual considero uma Ditadura Civil Partidária, abarrotada de bandidos - os políticos - e de quadrilhas - os partidos), razões pelas quais o ato de votar violaria a minha consciência.

A Escusa de Consciência, quando invocada para eximir-se de obrigação legal a todos imposta requer a prestação alternativa CASO a mesma seja fixada em LEI.

Como não há nenhuma prestação alternativa fixada em lei, e considerando que o art. 5º, VIII, da Constituição Federal, é norma constitucional de eficácia contida ou restringível, ou seja, o direito à escusa de consciência tem EFICÁCIA PLENA e aplicabilidade DIRETA e IMEDIATA enquanto não sobrevier lei que fixar determinada prestação alternativa para a obrigação legal recusada (atuação restritiva), REQUEIRO a aplicação do dispositivo legal constitucional para a manutenção da inviolabilidade da minha consciência.

Caso esse juízo entenda por definir prestação alternativa, e considerando os princípios da Proporcionalidade e Razoabilidade, previstos implicitamente na Constituição Federal e expressamente no Art. 2º da Lei Nº 9.784/1999, solicito que o próprio ato de justificar/requerer isenção (este) seja considerado como prestação alternativa.

Termos em que peço deferimento

(local e data)

(assinatura do(a) eleitor(a))